
ARQUIVOS PÚBLICOS E A MEDIAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS: o Arquivo Nacional no Instagram

Public Archives and Mediation on Social Media: the National Archives on Instagram

Carmem Lúcia Batista (1), Maria Clara Verissimo (2)

(1) Universidade de São Paulo (USP), Brasil, carlubatista@gmail.com

(2) Centro Universitário Assunção, Brasil, clara.mverissimo@gmail.com



Resumo

A partir do entendimento de que os arquivos públicos são dispositivos culturais e de memória, com potencialidade de reconhecimento social e apropriação simbólica por parte da sociedade, este artigo busca investigar como estes dispositivos propiciam acesso, em mídias sociais, a seus documentos. Com isso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as estratégias de comunicação adotadas por um arquivo público com o intuito de: analisar sua comunicação em uma mídia social; averiguar se as publicações nessa mídia visam à difusão ou à mediação e verificar se há coerência entre os valores institucionais declarados e os conteúdos publicados. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva exploratória e bibliográfica, que teve como objeto empírico o Arquivo Nacional e sua comunicação no Instagram sob a luz do planejamento estratégico da instituição. Como conclusão, os resultados permitem inferir que, para além da função de difusão, as postagens em mídias sociais podem desempenhar um papel de mediação informacional, ressignificando documentos históricos marcados por valores sociais atualmente considerados obsoletos e inserindo-os em novas narrativas alinhadas aos valores institucionais contemporâneos.

Palavras-chave: Arquivo Público; Mediação; Mídias Sociais; Inclusão Social

Abstract

Based on the understanding that public archives are cultural and memory devices with the potential for social recognition and symbolic appropriation by society, this article seeks to investigate how these devices provide access to their documents on social media. Therefore, this work aims to reflect on the communication strategies adopted by a public archive in order to: analyze its communication on social media; ascertain whether the publications on this media aim at dissemination or mediation; and verify if there is coherence between the declared institutional values and the published content. Methodologically, a qualitative, descriptive, exploratory, and bibliographic research was conducted, focusing on the National Archives and its communication on Instagram in light of the institution's strategic planning. In conclusion, the results allow us to infer that, beyond the function of dissemination, messages on social media can play a role in informational mediation, re-signifying historical documents marked by social values considered obsolete and inserting them into new narratives regulated by contemporary institutional values.

Keywords: Public Archives; Mediation; Social Media; Social Inclusion

1 Introdução

Historicamente, os arquivos - especialmente os públicos - são dispositivos culturais que salvaguardam a memória coletiva, num empenho por preservação que muitas vezes excede o âmbito profissional e se estende a esforços pessoais. Contudo, em razão dos avanços tecnológicos das últimas décadas e a conseqüente melhoria dos recursos de acesso a documentos - proporcionados por banco de dados para armazenamento, procedimentos de digitalização, dentre outros -, tendemos a estar expostos a um “excesso de memória” (Maier, 1993), além do excesso de dados e de informação.

Face a essa realidade, ressaltamos nosso entendimento sobre a função dos arquivos, aqui longe de serem interpretados como depósito de documentos, ao contrário, são compreendidos como dispositivos culturais e de memória, com potencialidade de reconhecimento social e apropriação simbólica por parte da sociedade, status que pode ser resultado de práticas arquivísticas conexas às dinâmicas da atualidade. No texto legal, que estabelece a política nacional de arquivos, está disposto que a função principal dos arquivos é assegurar “o acesso às informações e a sua utilização para a administração da justiça, a defesa dos direitos individuais e coletivos, o desenvolvimento da cidadania, a resolução pacífica de conflitos, a segurança da sociedade e o bem-estar da população” (Brasil, 1991). Como é possível observar, a lei privilegia os procedimentos de acesso e uso de documentos, ações que pressupõem a preservação documental,

já que são procedimentos posteriores a ela. Assim, para além da preservação da memória, os arquivos têm função de proporcionar acesso e viabilizar o uso dos documentos de seus acervos.

Outro aspecto a ser considerado está relacionado à construção da memória coletiva. Esse é um fato social engendrado por agentes ativos, com intencionalidades - explícitas ou não - sempre presentes em suas ações, ou seja, não há neutralidade. Isso ocorre não apenas em razão das diferentes subjetividades envolvidas, mas também porque a memória social é construída por processos de “lembrar” e de “esquecer” (Melis, 2010). A definição do que deve ser lembrado ou esquecido envolve conflitos de relação de poder que se concretizam em disputa de narrativas. Daí a ausência de neutralidade.

Considerando essas proposições, as questões principais abordadas por este texto estão relacionadas às práticas arquivísticas voltadas ao acesso e ao uso de documentos que compõem a memória social, tendo em vista que nossa relação com o passado e nossa capacidade de construir subjetividades políticas e éticas podem ser impactadas por formas de acesso (físico e intelectual) e pela apropriação simbólica desses documentos. De maneira mais específica, a problemática que se propõe discutir é: considerando que as ações - pessoais ou institucionais - não são neutras, as publicações de arquivos em mídias sociais também não o são. De modo geral, os arquivos públicos desenvolvem algum tipo de disseminação dos conteúdos de seu acervo; no entanto, como essas ações acontecem? Essa dúvida é orientada por uma inquietação do professor da Universidade de Grenoble, Jean Caune, que, ao tratar de práticas culturais em dispositivos de memória e de cultura, questiona se a difusão seria suficiente ou se não deveríamos incluir práticas sensíveis e inteligíveis que permitam à pessoa construir-se em sua relação com os outros. A partir do questionamento de Caune (1999), nos interessa saber como os arquivos públicos propiciam acesso, em mídias sociais, a seus documentos? Como é incentivada a usabilidade e a possível apropriação simbólica dos documentos públicos, em termos específicos, e da memória coletiva, em termos gerais? As práticas adotadas pelos arquivos seriam apenas de difusão ou também de mediação?

Na tentativa de responder a essas indagações, são objetivos deste texto: a) analisar a comunicação, em uma mídia social, de um arquivo público; b) averiguar se as publicações nessa mídia visam à difusão ou à mediação; c) verificar se há coerência entre os valores institucionais declarados pela instituição e seus conteúdos publicados na mídia social analisada.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho se circunscrevem no que se convencionou denominar de pesquisa qualitativa, do tipo descritiva exploratória e bibliográfica. Além disso, como objeto empírico, foram analisados o plano gestor do Arquivo Nacional e sua comunicação no Instagram sob luz do planejamento estratégico da instituição.

2 Mediação em arquivos públicos

Tradicionalmente era costume - e ainda é em muitos organogramas da atualidade - haver um setor destinado à difusão como parte da estrutura organizacional de arquivos. Para além de um setor específico, a difusão sempre foi uma prática orientada à promoção de acervos documentais. Porém, nas últimas décadas, práticas de mediação vêm sendo amplamente estudadas e aplicadas nas áreas da Ciência da Informação, mais abundantemente no contexto da Biblioteconomia e da Museologia do que no âmbito da Arquivologia, conforme apontado por Oliveira e Rocha (2020). As razões que podem explicar esse fato fogem do escopo deste trabalho, porém algumas percepções são pontuadas na literatura. Fontes e Aldabalde (2023, p. 7) apontam uma ausência de cultura arquivística, situação que prejudica “a compreensão do papel sociocultural dos arquivos, para além de suas funções administrativas e de preservação documental”. No mesmo sentido, Santos, Sousa e Gomes (2022) acreditam que as instituições arquivísticas estão vinculadas a um contexto sociocultural no qual a sociedade ainda não desenvolveu um sentimento de pertencimento a esse ambiente.

Mesmo com menor incidência de aplicação em Arquivologia, é notável que, nos últimos tempos, ao lado de procedimentos de difusão - ou em substituição a ela - têm ocorrido atividades de mediação em arquivos. Dificilmente essa mudança de práticas culturais seria por acaso; contudo qual diferença entre elas e o que, de fato, é mediação?

2.1 Difusão e mediação, qual a diferença?

Não é raro a literatura indicar difusão e mediação como sinônimos ou utilizar o termo “difusão mediada”, locução que pode reforçar o entendimento de procedimentos equivalentes ou contíguos. Embora a compreensão propagada sobre os conceitos não seja prejudicial às práticas que são difundidas ou mediadas, percebemos a necessidade de esclarecimentos conceituais.

Para discutir o conceito de difusão, apresentamos Bellotto (2004), Lima (2021), Santos Neto e Bortolin (2020) e Barbosa e Silva (2012). Bellotto (2004) apresenta três dimensões de difusão: educativa, editorial e cultural. A dimensão educativa refere-se a atividades entre arquivo e escola, com intuito de estabelecer vínculo entre estudantes e instituições arquivísticas. A dimensão editorial, também considerada como educativa, está relacionada à publicação de informações sobre acervos e atividades arquivísticas. A dimensão cultural trata de práticas culturais e educativas, como palestras, debates, exposições, dentre outras.

A concepção de difusão proposta por Lima (2021) está relacionada a acesso. A autora ressalta que a mudança de perspectiva com relação ao direito de acesso às informações, sobretudo após a Declaração dos Direitos Humanos no século XX, conferiu maior protagonismo à difusão entre as práticas arquivísticas, a fim de estender o acesso à documentação para além das esferas administrativas e da comunidade acadêmica.

A formação de público é destacada por Santos Neto e Bortolin (2020), ao afirmarem que a difusão tem caráter cultural, educativo ou pedagógico e se traduz como uma forma de projetar elementos internos do arquivo para fora, com o intuito de atrair usuários potenciais. No mesmo sentido, Barbosa e Silva (2012, p. 46) revelam o potencial presente nas fontes e ressaltam o papel fundamental desempenhado por ações de difusão como forma de promover o contato entre a comunidade e o patrimônio documental, de modo a “dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem”.

Todos os autores aqui apresentados indicam que a prática de difusão está voltada à divulgação de acervos e serviços de arquivo e à formação de público. Agora, vamos à mediação.

Não obstante muitos textos discorrerem sobre mediação, nem todos apresentam o conceito; quando o fazem, muitos se ocupam da definição do termo a partir de um qualificador, ou seja, na agregação de adjetivos ao termo mediação com a finalidade de especificar a área de aplicação; assim temos: mediação da informação, mediação cultural, mediação digital, dentre outros. Desse modo, embora alguns autores façam distinção entre formas de mediação, neste texto entende-se que, em dispositivos culturais e de memória, a mediação - em qualquer forma - tem finalidade

cultural. Em razão disso, não nos atemos a qualificadores, pois parece-nos mais relevante tratar de mediação como um substantivo, com seus sentidos e representações.

Numa abordagem ampla, Caune (1999) considera que a ideia de mediação está relacionada a um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem em diferentes domínios institucionais e que visam construir um espaço determinado e legitimado pelas relações ali construídas. Assim como o professor francês, Coitinho (2018, p. 29) considera relevante a adoção de estratégias que vão além da criação de instrumentos de pesquisa como guias e catálogos, integrando uma participação efetiva da comunidade na “construção do conhecimento”. De maneira complementar, Saou-Dufrêne e Ihadjadene (2013), mesmo acrescentando qualificadores ao termo (mediação como serviço), definem o substantivo. Segundo as autoras, a palavra mediação significa quaisquer técnicas e suportes utilizados por instituições patrimoniais – desde visitas guiadas a livros ou websites – e qualquer grau de complexidade dos dispositivos, analógicos ou digitais para fazer circular conhecimento, construir uma audiência ou públicos e/ou de antecipar expectativas e usos. Para as autoras, essa forma de mediação é uma polarização da missão de transmissão, ou de educação, orientada por objetivos políticos e sociais.

Sobre a prática de mediação em si, Batista (2014) considera que ela se estrutura por meio de representações simbólicas que visam corroborar o processo de significação do sujeito, enfatizando a dinâmica dos fluxos e das articulações, que, por meio de representações, buscam traduzir formas estéreis em fluxos que fazem sentido ao sujeito.

A abordagem de Martins (2010, 2021) apresenta certo grau de complexidade e é fundamentada na tradição marxista. Nesse contexto, a mediação é concebida como um fator de superação, que resulta em processos capazes de construir significados, identidades e conhecimentos que orientam as atuações individuais e coletivas dos atores sociais. Desse modo, a mediação é condição necessária para a atuação de sujeitos num ambiente dinâmico e instável e tem função de potencializar incertezas, desestabilizar convicções e provocar deslocamentos.

As abordagens dos autores acima se complementam e apresentam o sentido de mediação que interessa a este trabalho. Em síntese, a ideia de mediação aqui proposta: a) é uma prática transversal a todas as atividades de arquivos, inclusive as gerenciais; b) além do papel cultural,

tem função política e social; c) é um processo educativo que busca traduzir formas áridas em representações que fazem sentido aos sujeitos; d) atua na formação identitária dos sujeitos; e) visa a superação de contextos sociais vulneráveis; f) tem potencial de provocar mudanças.

Sintetizando e comparando as duas práticas, tanto difusão quanto mediação são consideradas como educativas e culturais com a finalidade de viabilizar acesso a acervos e serviços de instituições arquivísticas e, conseqüentemente, formar público e, quem sabe, desenvolver uma cultura arquivística. Sendo assim, são realmente conceitos sinônimos? Acreditamos que não. A diferença principal está na concepção de acesso.

As circunstâncias históricas pós-Revolução Francesa urgiam por acesso físico a documentos, e também a instituições, construídos e mantidos no paradigma da conservação, do controle; daí o valor da difusão, da divulgação. Contudo, a realidade contemporânea apresenta maior complexidade, o paradigma da conservação e o da difusão - ainda que relevantes -, não suprem nossas necessidades de compreensão e de formação de vínculo com dispositivos culturais e de memória. Numa era em que milhões de dados e informações são produzidos por minuto e disponibilizados na internet, a questão do acesso não pode mais se ocupar apenas da dimensão física de documentos e de instituições ou da divulgação de acervos e serviços.

Na complexa contemporaneidade, as práticas de acesso e de formação de público necessitam estar relacionadas, respectivamente, à compreensão do que está sendo difundido e à inclusão de sujeitos e suas singularidades identitárias e culturais. É dessa questão que partiu Caune (1999) ao sugerir práticas que permitam a construção do sujeito em sua relação com os demais.

Dessa forma, ainda que relevantes, as práticas de difusão, com finalidade de promoção e marketing, não são suficientes para a formação cultural de sujeitos em realidades complexas, com marcantes diferenças socioculturais. No caso da mediação, a ênfase está menos na transmissão, no dar a conhecer, do que nas condições de apropriação pelo público. Para tanto, conforme já apontaram Santos Neto e Bortolin (2020) e Lousada (2016), não apenas as práticas culturais, mas todos os processos de um dispositivo cultural e de memória necessitam ser mediados.

2.2 Arquivos públicos, dispositivos culturais e de memória

Assim como as bibliotecas e os museus, os arquivos públicos são instituições patrimoniais, dispositivos culturais e de memória que têm suas especificidades históricas introduzidas pelos acervos, mas também partilham com outras instituições modos de comunicação próprios de um contexto sócio-histórico que, sob pena de exclusão das dinâmicas sociais, necessitam ser incorporados às suas práticas.

Com isso, nessas instituições os procedimentos técnicos, as práticas culturais e os fluxos comunicativos não são neutros. A seleção de itens dos acervos, as políticas de classificação e de indexação, a organização dos espaços físicos e virtuais, a gestão de conteúdos informacionais e a comunicação em mídias sociais são ações mediadas, com propósitos - explícitos ou não -, mas indubitavelmente intencionais. Isso porque esses processos, conforme Dufrêne (2010), não são independentes dos contextos em que se desenvolvem, os quais afetam as condições de enunciação dessas instituições.

Os valores institucionais expressos na mediação de atividades desses dispositivos também são destacados por Pausini e Silva (2022), Santos Neto e Bortolin (2020) e Lousada (2016). Segundo Pausini e Silva (2022, p. 35), museus, arquivos e bibliotecas se configuram como ambientes de disputa de memórias em suas diferentes dimensões entre passado, presente e futuro. Nesse contexto, seguem os autores, os discursos institucionais ocorrem a partir de procedimentos técnicos, como “critérios de seleção de informações, política de aquisição, e do processo de curadoria, revelam-se significativos instrumentos de estudo e análise, assim como a elaboração dos valores institucionais”.

Em sentido semelhante, Santos Neto e Bortolin (2020) destacam que a mediação pode se dar de diferentes formas, seja implícita - em práticas que são desenvolvidas na ausência dos pesquisadores, e que tratam de ações como produção documental, avaliação, conservação e restauro de documentos - seja explícita, tratando-se de práticas que decorrem na presença, física ou remota, dos usuários, em ações como o atendimento ao pesquisador, exposições, palestras etc. Da mesma forma, Lousada (2016, p. 118) considera que a mediação perpassa todos os processos

arquivísticos, “desde a produção até a destinação final dos documentos e concretiza-se no momento do acesso do usuário”.

A dimensão política da mediação em dispositivos culturais e de memória é apontada por Saou-Dufrêne e Ihadjadene (2013), Santos Neto e Bortolin (2020) e Oliveira e Rocha (2020). No plano político, Saou-Dufrêne e Ihadjadene (2013) atestam que, ao se colocar à disposição dos cidadãos acervos e conhecimentos acumulados nesses dispositivos, a mediação tem objetivo essencialmente educativo. A ideia de dispositivos culturais e de memória como um serviço aos cidadãos, seguem as autoras, explicita as orientações das políticas públicas culturais, já que um dos princípios fundadores do serviço público é precisamente a obrigação de igualdade no tratamento dos cidadãos. Com isso, as autoras entendem que esses dispositivos devem remediar as desigualdades geográficas ou sociais e culturais por meio da mediação como serviço, que é a polarização da missão de transmissão, ou mesmo de educação, orientada por objetivos políticos e sociais.

De forma complementar, a questão democrática é apontada por Santos Neto e Bortolin (2020), Fontes e Saeta (2019) e Oliveira e Rocha (2020, p. 72). Os primeiros autores defendem que a mediação se dá de maneira mais ativa na construção de informações, o que se reflete diretamente em suas práticas, que buscam sobretudo democratizar o acesso à informação. Fontes e Saeta (2019, p. 110-111) consideram que a mediação cultural possibilita “novos significados e formas de execução na sociedade da informação atual, sendo um processo que aproxima o público e os acervos mediados”. No mesmo sentido, Oliveira e Rocha (2020, p. 72) afirmam que os dispositivos culturais e de memória se caracterizam como áreas de poder, possivelmente refletem interesses sociais de determinados grupos em detrimento de outros, de modo a perpetuar práticas sociais hegemônicas. Também podem ser utilizados como espaços de reflexão e problematização, pois buscam servir à sociedade como um todo, sobretudo quando estendidos à esfera pública. Segundo os autores, essas questões estão associadas a práticas democráticas e ao “compromisso ou missão da instituição, os quais deveriam fomentar valores e habilidades que promovam a educação e o exercício da cidadania global”.

Por fim, os autores apresentados - tanto os que discorrem sobre mediação quanto os que tratam do arquivo como instituição patrimonial, dispositivo de cultura e de memória – discutem as

dimensões sociais e políticas de processos e instituições que são intencionais, em defesa de valores que são constitutivos, e por isso, nem sempre negociáveis.

Isto posto, vamos verificar como o Arquivo Nacional atua no contexto atual, a partir das questões apresentadas.

3 O Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional (AN) foi escolhido como objeto empírico desta análise por ser um dispositivo cultural e de memória com relevância nacional, tanto no âmbito da Arquivologia como no contexto social.

Criado em 1838, o AN – então denominado de Arquivo Público do Império (Brasil, 2018) – teve como modelo de funcionamento o Arquivo Nacional da França, Les Archives Nationales. Sua função inicial era salvaguardar os originais das leis assinadas pelo imperador, mas aos poucos também passou a manter documentos de valor histórico para preservação da memória (Jardim, 2020 apud Melo, 2021, p. 2). Depois de algumas outras nomenclaturas, em 1911 foi cunhado o nome Arquivo Nacional, ocasião em que seções da instituição passaram a ser estruturadas como Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária, de acordo com Melo (2021). Ao longo do tempo e após algumas gestões, o AN também se ocupou da recuperação de informações, condição que o consolidou como a principal referência no campo da Arquivologia no país.

Atualmente, o planejamento estratégico do AN para o quadriênio 2024-2027 (Brasil, 2025) indica preocupação com temáticas sociais, sobretudo as que são referentes a grupos marginalizados, que tiveram sua história “esquecida” pela narrativa dominante.

Nesse documento, consta o detalhamento do mapa estratégico da instituição, além de objetivos de ampliação de ações de preservação, processamento técnico, acesso e difusão do acervo a partir de valores como diversidade, participação e democracia. Dentre os objetivos e ações propostos, destaca-se o Programa de Democratização de Direito à Memória e à História, com foco em gênero e raça, localizado no mapa de *Objectives and Key Results* (OKR), metodologia com a qual são estabelecidos os objetivos e os resultados-chave a serem alcançados pela instituição. Esse

programa está alinhado ao objetivo de “ampliar as ações de preservação, processamento técnico, acesso e difusão do acervo”, de acordo com o mapa de OKR.

A partir dessas indicações do planejamento estratégico do AN, como parte empírica deste trabalho, foi analisada a comunicação da instituição no Instagram (<https://www.instagram.com/arquivonacionalbrasil/>), a fim de verificar se as ações do Programa de Democratização de Direito à Memória e à História, com foco em gênero e raça foram veiculadas e, em caso positivo, de que forma essas postagens foram divulgadas: foram apenas difundidas ou mediadas também?

4 Análise e discussão

O período escolhido para análise foi o primeiro ano de vigência do planejamento estratégico, ou seja, 2024, mais especificamente *posts* publicados entre os meses de janeiro e agosto. Como o Programa de Democratização de Direito à Memória e à História faz referência a gênero e raça, foram selecionados seis *posts* que abordam a condição feminina, a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binários (LGBTQIAPN+), e também à raça de maneira interseccional, isto é, há *posts* em que estão presentes ambos os marcadores sociais (gênero e raça).

4.1 Análise dos *posts*

Em dezembro de 2023, com o efeito de uma declaração pública, o AN divulgou seu planejamento estratégico em sua conta no Instagram, antes mesmo de sua vigência. Já no começo de 2024 foram publicados *posts* com os temas anunciados.

Figura 1 – Dia Nacional da Visibilidade Trans



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 24/01/2024,
https://www.instagram.com/p/C2r3EyFOUdR/?img_index=1

Texto da postagem:

Neste 29 de janeiro, Dia Nacional da Visibilidade Trans, o Arquivo Nacional relembra a resistência e resiliência com que a comunidade trans e travesti lutou, ao longo de muitas décadas e ainda hoje, para ter sua existência garantida e seus direitos básicos reconhecidos e respeitados.

As imagens deste post, presentes no acervo do AN, retratam algumas das participantes [sic] do “Baile dos Enxutos”, famosa festa voltada ao público atualmente identificado como LGBTQIAPN+. Pessoas do Rio de Janeiro e de outros estados participavam do evento, geralmente realizado no período de carnaval, em espaços de prestígio da capital fluminense.

Apesar de tentativas de proibição após a instauração da ditadura militar em 1964, a festa permaneceu viva por muitos anos, com apresentação de artistas, concurso de fantasias, entre outras atrações. A festa, além de momento de confraternização e sociabilidade, também era um espaço de afirmação da existência dessa comunidade e de luta por reconhecimento. Sorrir também é resistir.

Nas imagens, cenas do “Baile dos Enxutos” ou “Baile das Bonecas”. Rio de Janeiro, 1972. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã. BR RJANRIO PH_0_FOT_3705

A postagem feita no dia 24 de janeiro celebra o Dia Nacional da Visibilidade Trans. O texto esclarece o contexto da imagem, o Baile dos Enxutos, tradicionalmente realizado no Rio de Janeiro durante o período do carnaval, uma prática que prevaleceu e resistiu mesmo com a repressão da ditadura. A figura central da primeira imagem retrata uma pessoa negra travesti em gesto de festejo.

Apenas a divulgação das imagens já seria um ato de inclusão de sujeitos nem sempre representados em documentos pouco divulgados; somado a isso, o viés educativo da postagem é percebido pela contextualização, sem a qual não seria possível saber que se trata de um baile que resistiu à ditadura. A expressão “Sorrir também é resistir.” denota apoio do AN à luta por reconhecimento e direitos de um grupo socialmente estigmatizado.

Figura 2 – Um viva à contação de histórias



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 20/03/2024,
<https://www.instagram.com/p/C4vdyPzuROr/>

Texto da postagem:

Um viva à contação de histórias

Hoje, dia 20 de março, é celebrado o dia do contador e da contadora de histórias. A comemoração foi criada em 1991, na Suécia, com o objetivo de reunir os contadores e promover a prática em todo mundo.

Presente em diversas sociedades no decorrer dos séculos, contadores e contadoras de histórias estimulam a imaginação de seus ouvintes, independentemente da idade. Por meio de gestos, entonações, troca de olhares, utilizam seus múltiplos talentos para vivenciar a história em conjunto com os ouvintes, criando toda uma atmosfera de magia e encantamento.

O Arquivo Nacional parabeniza todas as contadoras e todos os contadores de histórias!

Na imagem, contadora de histórias durante evento em escola no Méier, Rio de Janeiro, 1945. Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional.

O *post* da Figura 2 foi publicado em 20 de março, dia em que se comemora a contação de histórias. A imagem apresenta elementos que evocam a infância, além de referências à cultura oral e, sobretudo, enfoque na figura feminina responsável pela ação. A imagem é utilizada para a comunicação de valores simbólicos, e a posição central ocupada pela contadora confere-lhe destaque.

Embora não seja uma publicação com ênfase na questão de gênero, esse *post* remete ao que Saou-Dufrêne e Ihadjadene (2013) consideram como dimensão política presente na mediação dos dispositivos culturais e de memória, que é refletida nos valores institucionais a partir daquilo que é representado. Além disso, o *post* é uma iniciativa de inserção do AN nas dinâmicas sociais de que homenageiam profissões e atuações. Esse posicionamento pode, ao mesmo tempo, valorizar a representatividade dos contadores de história e fortalecer identidades.

Figura 3 – Dia internacional da igualdade feminina e a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 26/08/2024,
https://www.instagram.com/p/C_IukGrRIes/?img_index=1/

Texto da postagem:

Você sabia que hoje é o Dia Internacional da Igualdade Feminina? O #HojeNaHistória te conta mais sobre!

A data foi escolhida para lembrar a aprovação do voto das mulheres nos Estados Unidos, ocorrida em 1920. Neste post, apresentamos a luta das mulheres pelo direito ao voto no Brasil a partir da atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Os documentos históricos desse marco estão sob a guarda do Arquivo Nacional, e disponíveis para consulta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian)!

Para saber como efetuar a busca, clique no link da bio e escolha a opção “Pesquise o acervo do AN”.

#ArquivoNacional #AN #DiadaIgualdadeFeminina

O *post* foi publicado em 26 de agosto, dia em que se comemora a igualdade feminina, apresenta imagem da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com destaque para a figura de Bertha Lutz, com um breve histórico de sua atuação profissional. As imagens são apresentadas em sequência e contêm informações a respeito da luta das mulheres por direitos políticos, por meio da documentação relativa à FBPF, responsável por conquistas femininas, como o direito ao voto e por centralizar debates acerca de temas fundamentais para a emancipação da mulher, como direitos trabalhistas.

Assim, a publicação contextualiza o leitor a respeito da luta das mulheres por direitos, que hoje são considerados básicos, mas que foram conquistados ao longo da história, aspecto que ressalta o caráter educativo da mediação, conforme Saou-Dufrêne e Ihadjadene (2013). Do mesmo modo, Pausini e Silva (2022) consideram que essas questões refletem as disputas por espaço na sociedade, as quais também se estendem às instituições patrimoniais.

No final do texto é feito um convite à pesquisa no acervo, informação que indica que o AN não utiliza as mídias sociais apenas para interação com o público, suas postagens podem explicitar que o conteúdo ali veiculado é apenas uma fração do que a instituição preserva e disponibiliza para acesso.

Figura 4 – As brasileiras nos jogos olímpicos



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 31/07/2024, <https://www.instagram.com/p/C-GeHfDRJDz/>.

Texto da postagem:

Rebecas, Daianes, Júlias, Bias e tantas outras atletas. Mas você sabe quem abriu caminhos, ao longo da história, para essas gerações?

Maria Lenk e Aída dos Santos, esportistas pioneiras nos jogos olímpicos, se tornaram exemplos a partir de suas atuações. A primeira, na natação, em 1932; a segunda, no salto em altura, em 1964.

Para a #Paris2024, pela primeira vez em 100 anos na realização das Olimpíadas, há igualdade total de gêneros, com o Brasil em quinto lugar com maior percentual de mulheres. Em números, a delegação brasileira tem, ao todo, 276 atletas. E as mulheres somam 153 pessoas – 55% do total.

A cada vitória, esses ícones registrados no vídeo são mais uma vez celebrados, ressaltando a importância de suas contribuições para a construção do país.

Para ver essas e outras imagens históricas, basta acessar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), no endereço sian.an.gov.br.

A postagem, feita em 31 de julho de 2024, ocorreu durante as Olimpíadas de Paris (26 de julho a 11 de agosto de 2024) e destaca figuras femininas representativas do esporte brasileiro, tanto as atletas da atualidade quanto as pioneiras, como Maria Lenk e Aída Santos, uma mulher branca e outra negra.

O texto do *post* faz referência à ocorrência inédita de igualdade de gênero entre os participantes nos jogos olímpicos na edição de 2024, sobretudo por se tratar de um evento que inicialmente excluía a participação feminina das competições. A postagem também ressalta o Brasil como o quinto país com maior percentual de mulheres participantes na delegação, além de destacar figuras femininas que sedimentaram o caminho para as atletas da atualidade.

Figura 5 – Maria Beatriz Nascimento e o dia do historiador e historiadora



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 19/08/2024, <https://www.instagram.com/p/C-3dSe-xdGV/>.

Texto da postagem:

No dia em que o Brasil reverencia suas historiadoras e historiadores, o Arquivo Nacional relembra Maria Beatriz Nascimento, intelectual negra, egressa do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que estagiou na nossa instituição. Especializou-se em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense e participou da criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.

Roteirista, escritora e ativista pelos direitos humanos, Maria Beatriz Nascimento realizou, em parceria com a socióloga Raquel Gerber, o documentário Ori, de 1988, que retrata o movimento negro nos anos 1970 e 1980. No centro das suas pesquisas acadêmicas, o quilombo, a mulher negra, a inferiorização da população afrodescendente. Foi uma das primeiras historiadoras a questionar a abordagem acadêmica, majoritariamente branca, de temas relacionados ao negro na sociedade brasileira. [Fonte: “Que república é essa?” – portal de estudos republicanos do Arquivo Nacional]

Atualmente, o acervo privado de Maria Beatriz integra os fundos arquivísticos sob a guarda do AN. Em sua homenagem, em 2017, a biblioteca da instituição foi batizada com o nome da historiadora, escolhido por meio de votação on-line. Para conhecer a Biblioteca Maria Beatriz Nascimento e seus serviços, acesse gov.br/arquivonacional.

Na imagem, montagem realizada a partir de fotografia do fundo Maria Beatriz Nascimento.

A publicação, referente a 19 de agosto, dia do historiador e da historiadora, apresenta trajetória e legado da brasileira Maria Beatriz Nascimento – mulher negra, historiadora, professora, poeta, ativista pelos direitos humanos da população afrodescendente -, que atuou no movimento negro, nos direitos das mulheres negras e dedicou sua pesquisa acadêmica aos quilombos do Brasil. O Arquivo Nacional é o responsável por cuidar do acervo pessoal da historiadora, condição que o responsabiliza a cuidar da preservação da memória e da produção intelectual e política de seus documentos.

Figura 6 – Dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e caribenha e Dia Internacional de Tereza Benguela e da Mulher Negra



Fonte: *Post* do Arquivo Nacional no Instagram, em 25/07/2024, https://www.instagram.com/p/C92OVD_x6BH/

Texto da postagem:

Neste 25 de julho, comemoramos dois importantes simbolismos: o Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, que homenageia uma das principais mulheres, exemplo de resistência e importantíssima liderança na luta contra a escravidão.

Exaltando a memória e em celebração às que vieram antes de nós, bastão que é passado de geração em geração, honramos o compromisso de salvaguardar a História. No vídeo, algumas das mulheres representativas que marcaram nosso tempo, reforçando a luta por direitos básicos.

Para conferir mais do acervo do #AN, basta acessar: <https://sian.an.gov.br> .

A postagem estabelece uma relação entre o Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, ambos comemorados em 25 de julho. A data simboliza a luta pela representatividade feminina e o combate às desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe. A publicação evidencia a trajetória de mulheres que tiveram papel essencial na conquista de direitos.

O conteúdo da publicação pode ser analisado à luz de Oliveira e Rocha (2020, p. 87), que retratam a experiência de arquivos internacionais como espaços fundamentais para a valorização da cultura, especialmente no que diz respeito às culturas subalternizadas, estabelecendo um papel social a ser desenvolvido por instituições arquivísticas que atuam politicamente e se tornam protagonista no processo de criação e fortalecimento de comunidades marginalizadas, de modo a enfatizar “o caráter político dos processos de escolha do que é coletado/recolhido como documento (patrimônio documental)”. Em suma, não há neutralidade.

4.2 Discussão dos resultados

As postagens do Arquivo Nacional no Instagram no período analisado buscam cumprir as diretrizes de seu Planejamento Estratégico: a construção de uma memória social inclusiva, sobretudo para questões de gênero e raça.

Em suas publicações, o Arquivo Nacional estabelece uma relação entre documentos históricos com eventos, linguagem e valores do presente, num processo de contextualização e atribuição de sentido, conforme a proposta de Fontes e Saeta (2019). Ele buscou promover e mediar seu acervo por meio de postagens no Instagram, de maneira a veicular os valores institucionais declarados. A forma destacada dessa prática foi a inserção de documentos históricos numa dinâmica social contemporânea, numa tentativa de recuperar a memória de grupos socialmente excluídos. Com isso, o AN buscou atuar na formação cultural e identitária de sujeitos inseridos em contextos socialmente complexos e da construção de uma memória social, ações representativas do que Caune (1999) considerou como práticas sensíveis e inteligíveis que permite a constituição do sujeito na relação com os outros. Esse posicionamento evidencia ausência de neutralidade e a escolha do que decidiu “lembrar”, na perspectiva de Melis (2010), apesar do “excesso de memória” (Maier, 1993).

Em todas as postagens analisadas, o texto é de fácil compreensão, e as imagens são contextualizadas. Essas atividades integram processos de construção de significados e de identidades (Caune, 1999), promove atuação de sujeitos num ambiente dinâmico e instável (Martins, 2010, 2021), além de reforçar o caráter educativo e político presente na mediação e buscar a igualdade no tratamento dos cidadãos (Saou-Dufrêne e Ihadjadene, 2013).

As *hashtags* - recurso de indexação digital, de representação de conteúdo – remetem a dias comemorativos e, ao serem acionadas, clicadas, aproximam o AN de todos que prestaram homenagem à data comemorativa e usam a mesma *hashtag*. Esse recurso tem a função de ampliar o alcance das postagens, de gerar interação, promover formação de público e aumentar a visibilidade, além de inserir o Arquivo Nacional em dinâmicas sociais.

Todos os *posts* analisados homenageiam a atuação de figuras históricas, mulheres negras em sua maioria, conteúdo que, de modo interseccional, aborda os temas defendidos pelo AN, em sua tentativa de “honrar o compromisso de salvaguardar a História” (Brasil, 2024). Além disso, eles propõem um convite ao leitor para se aprofundar nas imagens que compõem o acervo do AN, onde é possível consultar a documentação de forma remota, prática que orienta ao mesmo tempo em que difunde o acesso.

5 Considerações finais

Foi propósito deste texto analisar a comunicação do Arquivo Nacional no Instagram para averiguar se as publicações nessa mídia visavam à difusão ou à mediação e verificar a coerência entre os valores institucionais declarados e os conteúdos publicados. Para tanto, foram analisadas seis postagens da instituição no Instagram ao longo de 2024 à luz da discussão teórica sobre mediação em instituições patrimoniais e da proposta institucional de democratização de direito à memória e à história, com foco em gênero e raça.

A partir das análises aqui realizadas, é possível deduzir que, para além da difusão, as postagens de arquivos públicos em mídias sociais podem ser ressignificadas por meio de uma mediação que insere documentos históricos marcados por valores sociais obsoletos numa nova narrativa coerente com valores institucionais vigentes. Essa prática visa a valorização de acervos e de preservação da memória social de grupos historicamente marginalizados. Isso porque as instituições arquivísticas também são políticas, além de culturais e sociais, condição que destaca sua função educativa no processo de salvaguardar a memória social.

Por último, percebe-se que a temática da mediação em mídias sociais em instituições arquivísticas está longe de se esgotar. Por isso, esta pesquisa abre espaço para análises mais

amplas, no que diz respeito ao recorte temporal, que podem privilegiar a observação de eventuais mudanças na política institucional ao longo do tempo.

Referências

- BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BATISTA, C. L. Mediação e apropriação da informação pública: a educação fiscal. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BELLOTTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Em 2 de janeiro de 1838, era criado o Arquivo Público do Império, hoje Arquivo Nacional. Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/em-2-de-janeiro-de-1838-era-criado-o-arquivo-publico-do-imperio-hoje-arquivo-nacional. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Sumário executivo do relatório do planejamento estratégico 2024. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/RELATRIODOPLANEJAMENTOESTRATGICO2024ARQUIVONACIONAL.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Planejamento estratégico 2024-2027. Arquivo Nacional, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/estrategia-1/copy_of_planejamento-estrategico-2024-2027. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.
- CAUNE, J. Pour une éthique de la médiation: le sens des pratiques culturelles. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1999.
- COITINHO, Angélica do Carmo. Ações de difusão do acervo arquivístico do Arquivo Nacional do Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

- DUFRENE, B. Le site web des institutions patrimoniales comme complexe de pratiques. In: IHADJADENE, M.; ZACKLAD, M.; ZREIK, K. (dir.). Document numérique: entre permanences et mutations. Paris: Europa, 2010. p. 149-157.
- FONTES, L. A. S.; SAETA, T. A. Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 108-130, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v32i3.1312>. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1312>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FONTES, L. A. S.; ALDABALDE, T. V. Por uma iniciação na cultura arquivística: o papel sociocultural dos arquivos e o arquivista como mediador cultural. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-37, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v36i3.1999>. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1999>. Acesso em: 23 maio 2025.
- LIMA, Ananda Mendes. Difusão em arquivos e o Centro de Memória-Unicamp. *Epígrafe*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 274-295, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v10i2p274-295>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173714>. Acesso em: 26 maio 2026.
- LOUSADA, M. A mediação da informação e Arquivologia: aproximações teóricas. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 117-134, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abcib/article/view/28204/15247>. Acesso em: 15 maio 2025.
- MAIER, Charles S. A surfeit of memory? Reflections on history, melancholy and denial. *History and Memory*, Bloomington, v. 5, n. 2, p. 136-152, fall/winter 1993.
- MARTINS, A. A. L. Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- MARTINS, A. A. L. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 272-295, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245274.272-295>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/108642>. Acesso em: 10 maio 2025.
- MELIS, Rachel. Suturing the past, presenting the present, aspiring to the future: memory - history - archive. Dec. 2010. Disponível em: https://lib.fims.uwo.ca/wp-content/uploads/2013/06/LIS9891_Melis.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.
- MELO, I. F. O protagonismo do Arquivo Nacional na configuração da Arquivologia no Brasil (1838-1991). *ÁGORA: Arquivologia em Debate*, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1-17, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/981>. Acesso em: 4 maio 2025.
- OLIVEIRA, G. A. A.; ROCHA, E. C. F. A mediação em arquivos: relatos de experiência em periódicos de língua inglesa. *Memória e Informação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 75-94, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/122>. Acesso em: 4 maio 2025.

- PAUSINI, A. I.; SILVA, M. L. M. M. Informação e políticas decoloniais: museus, arquivos e bibliotecas a serviço da sociedade. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju, v. 5, edição especial II ABM, p. 35-36, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57963/31401>. Acesso em: 5 maio 2025.
- SANTOS, R. R.; SOUSA, A. C. M.; GOMES, H. F. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281-298, jan./mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245281.281-298>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112753>. Acesso em: 24 maio 2025.
- SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Mediação e difusão em arquivos: inter-relações teóricas. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/141887>. Acesso em: 4 maio 2025.
- SAOU-DUFRÊNE, Bernadette; IHADJADENE, Madjid. La médiation documentaire dans les institutions patrimoniales: une approche par la notion de service. *Culture & Musées*, [S. l.], n. 21, p. 111-130, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3406/pumus.2013.1734>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2013_num_21_1_1734. Acesso em: 26 maio 2026.

Copyright: © 2026 BATISTA, Carmem Lúcia; VERISSIMO, Maria Clara, This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Submetido: 17/04/2026

Aceito: 20/05/2026